



Eletrobras
Cepel

PROFISSIONAL NÍVEL SUPERIOR I

AUD55

CADERNO: 1

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

- 1- A duração das provas será de 5 (cinco) horas, já incluído o tempo de preenchimento do **Cartão de Respostas**.
- 2- O candidato que, na primeira hora de prova, se ausentar da sala e a ela não retornar será eliminado.
- 3- Os 3 (três) últimos candidatos a terminar a prova permanecerão na sala e somente poderão sair juntos do recinto, após aposição em ata de suas respectivas assinaturas.
- 4- O candidato **NÃO** poderá levar o seu **Caderno de Questões (provas objetivas)** e **NÃO** poderá copiar o gabarito (assinalamentos). A imagem do seu **Cartão de Respostas** será disponibilizada na página do concurso em <http://concursos.biorio.org.br> na data prevista no cronograma.

INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

- 1- Confira atentamente se este Caderno de Questões, que contém **50 (cinquenta) questões objetivas**, está completo.
- 2- Cada questão da prova objetiva contém **5 (cinco) opções**, somente uma correta.
- 3- Confira se seus **dados pessoais** e o **cargo/perfil** escolhido, indicados no **cartão de respostas**, estão corretos. Se notar qualquer divergência, notifique imediatamente o Fiscal de Sala ou o Chefe de Local. Terminada a conferência, você deve assinar o **cartão de respostas** no espaço apropriado.
- 4- Confira atentamente se o **cargo/perfil** e o **número do caderno** que estão no caderno de questões são os mesmos que constam em **seu cartão de respostas e na etiqueta com seus dados colada na mesa/cadeira designada para você sentar**. Se notar qualquer divergência, notifique imediatamente o Fiscal de Sala ou o Chefe de Local.
- 5- Cuide de seu **cartão de respostas**. Ele não pode ser rasurado, amassado, dobrado nem manchado.
- 6- Se você marcar mais de uma alternativa, sua resposta será considerada errada mesmo que uma das alternativas indicadas seja a correta.
- 7- No decorrer da prova objetiva o fiscal de sala irá colher a sua digital no selo que está no seu cartão de respostas.

AGENDA

- **13/04/2014**, Provas Objetivas/ Discursivas e Entrega de Títulos (candidatos de Nível Superior).
- **14/04/2014**, Divulgação dos Exemplos dos Cadernos de Questões (Provas) das Provas Objetivas e das Provas Discursivas.
- **14/04/2014**, Divulgação dos Gabaritos Preliminares das Provas Objetivas e das Provas Discursivas
- **15/04/2014**, Disponibilização das Imagens dos Cartões Respostas das Provas Objetivas.
- **16/04 e 17/04/2014**, Interposição de Recursos contra as questões das Provas Objetivas e das questões das Provas Discursivas.
- **28/04/2014**, Divulgação dos Gabaritos Definitivos das Provas Objetivas e das Provas Discursivas.
- **28/04/2014**, Divulgação das Notas Preliminares das Provas Objetivas.
- **06/05 e 07/05/2014**, Interposição de Recursos contra as Notas Preliminares das Provas Objetivas.
- **05/05/2014**, Resultado dos Recursos contra as Notas Preliminares das Provas Objetivas.



INFORMAÇÕES:

- **Tel:** 21 3525-2480 das 9 às 18h
- **Internet:** <http://concursos.biorio.org.br>
- **E-mail:** cepel2014@biorio.org.br

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO

MACONHA E CLASSE SOCIAL

Em recente entrevista, o presidente Barak Obama afirmou que fumar maconha é menos nocivo do que ingerir álcool. Defensor da legalização do uso recreativo, acrescentou que a criminalização dessa droga prejudica mais os jovens negros e latinos das classes pobres do que os garotos de classe média, que raramente vão para a prisão pelo seu uso.

Os dois argumentos revelam muito da ideologia dita progressista do presidente.

Adepto do que se convencionou chamar de Estado-babá, ele pauta suas opiniões e decisões de acordo com o perigo que determinada atividade possa representar aos cidadãos. Assim, se a maconha é menos nociva que o tolerado álcool, pode ser liberada. Já o argumento segundo o qual a legalização beneficiará os mais pobres, que costumam ser punidos com mais rigor pela lei opressora, denota sua firme adesão à teoria da luta de classes.

O consumo e comercialização da maconha devem ser liberados sim, mas não pelos fracos argumentos usados pelo presidente. O primeiro é cientificamente controverso e o segundo, embora verdadeiro, é tosco, uma vez que, no limite, pode ser usado para defender a descriminalização de qualquer atividade ilícita, inclusive os crimes contra a vida e a propriedade. Afinal, os mais pobres costumam ser punidos com mais rigor por quaisquer crimes, e não só tráfico e consumo de drogas. A questão relevante aqui deveria ser: devemos criminalizar atividades que não prejudiquem ninguém, além dos próprios agentes?

Ora, se uma atividade deve ser proibida ou autorizada de acordo com os níveis de risco à vida ou à saúde de seus praticantes, deveríamos aplaudir a proibição de esportes radicais, consumo de açúcares, gorduras, álcool, cigarros e, até mesmo, guiar automóveis. Se tais atividades são admitidas, malgrado todos os perigos a elas inerentes, é porque consideramos que temos o direito de escolher o nosso próprio caminho, de buscar a própria felicidade de acordo com os nossos valores e avaliações, não os do governo, dos cientistas ou de qualquer outra atividade.

João Luiz Mauad, o Globo, 19/02/2014

QUESTÃO 1

Os termos do título – maconha / classe social aparecem relacionados, no texto, do seguinte modo:

- (A) os mais ricos fumam mais maconha que os pobres, mas são menos penalizados.
- (B) os mais pobres fumam maconha, mas por uso recreativo.
- (C) o uso da maconha está disseminado por todas as classes sociais.
- (D) os mais pobres são mais penalizados que os que pertencem à classe média.
- (E) os mais ricos defendem a legalização do uso recreativo da maconha.

QUESTÃO 2

Inferese da declaração inicial do presidente Obama que:

- (A) fumar maconha e ingerir álcool são atos de diferentes graus de nocividade.
- (B) fumar maconha é mais benéfico do que ingerir bebida alcoólica.
- (C) devemos fumar maconha, mas não ingerir álcool.
- (D) fumar maconha é menos nocivo do que ingerir álcool, desde que em uso recreativo.
- (E) ingerir álcool é tão nocivo quanto fumar maconha, mas deve-se preferir aquele a essa.

QUESTÃO 3

A frase abaixo que NÃO está estruturada na voz passiva é:

- (A) "...pode ser usado para defender a descriminalização de qualquer atividade...".
- (B) "...se a maconha é menos nociva que o tolerado álcool, pode ser liberada".
- (C) "Se tais atividades são admitidas,...".
- (D) "O consumo e comercialização da maconha devem ser liberados sim...".
- (E) "A questão relevante aqui deveria ser: devemos criminalizar atividades...".

QUESTÃO 4

"Adepto do que se convencionou chamar de Estado-babá..."; a designação se prende ao fato de as autoridades

- (A) tratarem todos os cidadãos como irresponsáveis.
- (B) se atribuírem a proteção de todos os cidadãos.
- (C) considerarem os jovens como adultos em miniatura.
- (D) decidirem os pleitos sem consulta à população.
- (E) informarem continuamente à população os problemas encontrados.

QUESTÃO 5

Observe as frases abaixo:

- I. "...a criminalização dessa droga prejudica mais os jovens negros...".
- II. "...a legalização beneficiará os mais pobres...".
- III. "...costumam ser punidos com mais rigor pela lei...".

Sobre o emprego do vocábulo sublinhado, podemos afirmar com correção que:

- (A) todas as frases apresentam formas de comparativo ou superlativo.
- (B) em todas as frases o vocábulo sublinhado pertence à mesma classe.
- (C) na frase III, o vocábulo "mais" pertence a uma classe diferente das demais.
- (D) nas frases II e III, o vocábulo "mais" pertence à classe dos advérbios.
- (E) em todas as frases o vocábulo "mais" apresenta classes diferentes.

QUESTÃO 6

Segundo o texto, os argumentos do presidente Obama devem ser considerados

- (A) igualmente errados.
- (B) atualmente ultrapassados.
- (C) cientificamente ultrapassados.
- (D) diferentemente condenados.
- (E) socialmente preconceituosos.

QUESTÃO 7

“O primeiro é cientificamente controverso e o segundo, embora verdadeiro, é tosco, uma vez que, no limite, pode ser usado para defender a descriminalização de qualquer atividade ilícita, inclusive os crimes contra a vida e a propriedade”. Nesse caso, o argumento do autor do texto apela para:

- (A) uma analogia indevida.
- (B) uma estatística falsa.
- (C) uma simplificação exagerada.
- (D) uma fuga do assunto.
- (E) uma fragmentação argumentativa.

QUESTÃO 8

A alternativa em que a equivalência das estruturas **não** é verdadeira é:

- (A) proibir uma atividade / proibição de uma atividade
- (B) ingerir álcool / a ingerência de álcool
- (C) defender a criminalização / defesa da criminalização
- (D) buscar a felicidade / busca da felicidade
- (E) escolher nosso próprio caminho / escolha de nosso próprio caminho

QUESTÃO 9

“Ora, se uma atividade deve ser proibida ou autorizada...”; o vocábulo “ora”, nesse segmento do texto, tem valor de:

- (A) oposição
- (B) explicação
- (C) conclusão
- (D) comparação
- (E) concessão

QUESTÃO 10

A conclusão do texto permite reconhecer que o objetivo do texto é:

- (A) condenar as declarações do presidente Obama.
- (B) defender as liberdades individuais.
- (C) criticar a condenação generalizada da maconha.
- (D) advogar em favor dos mais pobres.
- (E) alertar as autoridades para os desvios de conduta.

QUESTÃO 11

“Em recente entrevista, o presidente Barak Obama afirmou que fumar maconha é menos nocivo do que ingerir álcool. Defensor da legalização do uso recreativo, acrescentou que a criminalização dessa droga prejudica mais os jovens negros e latinos das classes pobres do que os garotos de classe média...”. Entre esses dois períodos, poderíamos, respeitando o sentido do texto, inserir o seguinte conectivo:

- (A) como
- (B) embora
- (C) já que
- (D) apesar de
- (E) visto que

QUESTÃO 12

“Os dois argumentos revelam muito da ideologia dita progressista do presidente”. Sobre os componentes desse segmento do texto, a afirmação inadequada é:

- (A) o termo “muito” se prende à forma verbal “revelam”.
- (B) o termo “dita” mostra distanciamento do autor em face da declaração do presidente.
- (C) o termo “presidente” estabelece coesão com um termo anterior a que se refere.
- (D) o termo “progressista” traz uma ironia crítica.
- (E) “os dois argumentos” vão ser citados na progressão do texto.

QUESTÃO 13

“Se tais atividades são admitidas, malgrado todos os perigos a elas inerentes, é porque consideramos que temos o direito de escolher o nosso próprio caminho, de buscar a própria felicidade de acordo com os nossos valores e avaliações, não os do governo, dos cientistas ou de qualquer outra atividade”. Nesse segmento do texto, os elementos que se ligam por coesão a qualquer elemento anterior são:

- (A) a elas / que / os nossos
- (B) tais atividades / elas / os
- (C) tais atividades / que / os
- (D) que / elas / os
- (E) os nossos valores / os do governo / dos cientistas

QUESTÃO 14

“Se tais atividades são admitidas, malgrado todos os perigos a elas inerentes, é porque consideramos que temos o direito de escolher o nosso próprio caminho, de buscar a própria felicidade de acordo com os nossos valores e avaliações, não os do governo, dos cientistas ou de qualquer outra atividade”. O vocábulo “malgrado” é equivalente semanticamente a:

- (A) apesar de
- (B) ainda que
- (C) mesmo que
- (D) assim que
- (E) embora

QUESTÃO 15

“Ora, se uma atividade deve ser proibida ou autorizada de acordo com os níveis de risco à vida ou à saúde de seus praticantes, deveríamos aplaudir a proibição de esportes radicais, consumo de açúcares, gorduras, álcool, cigarros e, até mesmo, guiar automóveis”. O argumento do autor do texto, nesse caso, se apoia num(a):

- (A) apelo ao absurdo
- (B) estatística tendenciosa
- (C) generalização excessiva
- (D) fuga do assunto
- (E) analogia com outro elemento

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 16

A Lei 8.666 regulamenta o art. 37 inciso XXI da Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública. Conceitualmente, licitação é o conjunto de procedimentos administrativos através do qual a Administração Pública cria meios para verificar as melhores condições de contratação e, nesse sentido, subordinam-se à ela, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais e as autarquias, bem como:

- (A) as fundações públicas, as empresas públicas e privadas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei, são necessariamente precedidas de licitação as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros.
- (B) as fundações públicas e as empresas públicas, mas não as sociedades de economia mista e, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei, são necessariamente precedidas de licitação as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros.
- (C) as fundações públicas, mas não as empresas públicas, as sociedades de economia mista e empresas privadas, e ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei, são necessariamente precedidas de licitação as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros.

- (D) as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei, são necessariamente precedidas de licitação as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros.
- (E) as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei, são necessariamente precedidas de licitação as obras, serviços e compras, estando dispensadas as alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros.

QUESTÃO 17

São as seguintes as modalidades de licitação: concorrência; tomada de preços; convite; concurso; e leilão. A “concorrência” é a modalidade de licitação entre:

- (A) interessados de qualquer ramo de atuação, cadastrados ou não, escolhidos pela unidade administrativa.
- (B) quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.
- (C) quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.
- (D) quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- (E) interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o décimo dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

QUESTÃO 18

São as seguintes as modalidades de licitação: concorrência; tomada de preços; convite; concurso; e leilão. O “convite” é a modalidade de licitação entre interessados:

- (A) de qualquer ramo de atuação, cadastrados ou não, escolhidos pela unidade administrativa.
- (B) do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos pela unidade administrativa.
- (C) para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.
- (D) que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- (E) devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

QUESTÃO 19

Os avisos contendo os resumos dos editais de licitação deverão ser publicados com antecedência e o prazo mínimo até o recebimento das propostas, no caso da modalidade “convite”, é de:

- (A) 5 dias úteis.
- (B) 7 dias úteis.
- (C) 10 dias úteis.
- (D) 15 dias úteis.
- (E) 20 dias úteis.

QUESTÃO 20

Os avisos contendo os resumos dos editais de licitação deverão ser publicados com antecedência e o prazo mínimo até o recebimento das propostas, no caso da modalidade “concorrência” visando contrato em regime de empreitada integral, é de:

- (A) 30 dias.
- (B) 35 dias.
- (C) 40 dias.
- (D) 45 dias.
- (E) 50 dias.

QUESTÃO 21

Os avisos contendo os resumos dos editais de licitação do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço” deverão ser publicados com antecedência, sendo o prazo mínimo até o recebimento das propostas, no caso da modalidade “tomada de preços”, de:

- (A) 30 dias.
- (B) 35 dias.
- (C) 40 dias.
- (D) 45 dias.
- (E) 50 dias.

QUESTÃO 22

Os tipos de licitação “melhor técnica” ou “técnica e preço” poderão:

- (A) sempre ser adotados, mediante justificativa de maior autoridade da Administração promotora, para os casos específicos de fornecimento de bens e execução de obras ou prestação de serviços de grande vulto envolvendo tecnologias específicas, desde que isto seja atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação, nos casos em que o objeto pretendido não admitir soluções alternativas nem variações de execução, com poucas repercussões sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade, e estas puderem ser adotadas pelos licitantes, na conformidade dos critérios objetivamente fixados no ato convocatório.
- (B) sempre ser adotados, mediante justificativa de maior autoridade da Administração promotora, para os casos específicos de fornecimento de bens e execução de obras ou prestação de serviços de grande vulto envolvendo tecnologias específicas, desde que isto seja atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação, nos casos em que o objeto pretendido não admitir soluções alternativas nem variações de execução, com repercussões significativas sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade concretamente mensuráveis, e estas puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, na conformidade dos critérios objetivamente fixados no ato convocatório.

- (C) sempre ser adotados, mediante justificativa de maior autoridade da Administração promotora, para os casos específicos de fornecimento de bens e execução de obras ou prestação de serviços de grande vulto envolvendo tecnologias específicas, desde que isto seja atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação, nos casos em que o objeto pretendido admitir soluções alternativas e variações de execução, com repercussões significativas sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade concretamente mensuráveis, e estas puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, na conformidade dos critérios objetivamente fixados no ato convocatório.
- (D) sempre ser adotados, mediante justificativa de maior autoridade da Administração promotora, para os casos específicos de fornecimento de bens e execução de obras ou prestação de serviços de grande vulto majoritariamente dependentes de tecnologia nitidamente sofisticada e de domínio restrito, atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação, nos casos em que o objeto pretendido admitir soluções alternativas e variações de execução, com repercussões significativas sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade concretamente mensuráveis, e estas puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, na conformidade dos critérios objetivamente fixados no ato convocatório.
- (E) excepcionalmente ser adotados, por autorização expressa e mediante justificativa circunstanciada da maior autoridade da Administração promotora constante do ato convocatório, para fornecimento de bens e execução de obras ou prestação de serviços de grande vulto majoritariamente dependentes de tecnologia nitidamente sofisticada e de domínio restrito, atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação, nos casos em que o objeto pretendido admitir soluções alternativas e variações de execução, com repercussões significativas sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade concretamente mensuráveis, e estas puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, na conformidade dos critérios objetivamente fixados no ato convocatório.

QUESTÃO 23

A licitação será processada e julgada com observância, dentre outros, dos seguintes procedimentos:

- (A) Deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação, e julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital.
- (B) Verificação das eventuais semelhanças entre as propostas dos concorrentes, buscando por eventuais acordos entre as partes, e deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação.
- (C) Devolução dos envelopes dos concorrentes inabilitados, após registro e divulgação das respectivas propostas, para o caso de futuros recursos, e deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação.
- (D) Abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados e posterior análise das eventuais interposições de recurso relativas à fase de habilitação, e julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital.
- (E) Abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados e posterior análise das eventuais interposições de recurso relativas à fase de habilitação, e verificação das eventuais semelhanças entre as propostas dos concorrentes, buscando por eventuais acordos entre as partes.

QUESTÃO 24

No processo licitatório o julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle. Para isso consideram-se como tipos de licitação (exceto na modalidade concurso): menor preço; melhor técnica; técnica e preço e maior lance ou oferta. Os tipos de licitação que são usados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos, ressalvado casos específicos envolvidos na contratação de bens e serviços de informática, são:

- (A) “menor preço” ou “melhor técnica”.
- (B) “menor preço” ou “técnica e preço”.
- (C) “melhor técnica” ou “técnica e preço”.
- (D) “técnica e preço” ou “maior lance ou oferta”.
- (E) “melhor técnica” ou “maior lance ou oferta”.

QUESTÃO 25

Na licitação, quanto aos procedimentos visando processamento e julgamento, é correto afirmar que:

- (A) após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.
- (B) mesmo ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e abertas as propostas, sempre cabe desclassificá-las por motivo relacionado com a habilitação.
- (C) é facultada à Comissão ou autoridade superior, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, desde que não iniciada a abertura dos envelopes.
- (D) é permitida a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente de alguma proposta de licitante, desde que o fato conte com a aprovação dos demais licitantes e da Comissão de Licitação.
- (E) a abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e as propostas será realizada na presença exclusiva dos membros da Comissão de Licitação e dos licitantes, sendo lavrada ata circunstanciada, assinada pelos presentes.

QUESTÃO 26

A alienação de bens da Administração Pública, quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, que não é dispensável em caso de:

- (A) dação em pagamento ou investidura.
- (B) venda a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo.
- (C) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais.

- (D) alienação e concessão de direito real de uso, gratuita ou onerosa, de terras públicas rurais da União na Amazônia Legal onde incidam ocupações até o limite de 15 (quinze) módulos fiscais ou 1.500ha (mil e quinhentos hectares), para fins de regularização fundiária, atendidos os requisitos legais.
- (E) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis de uso comercial de âmbito local com área de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e inseridos no âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública.

QUESTÃO 27

A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, não podendo esta ser dispensada em caso de:

- (A) venda de títulos, na forma da legislação pertinente.
- (B) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica.
- (C) venda de materiais e equipamentos ao setor privado quando não mais houver utilização previsível para os mesmos.
- (D) venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades.
- (E) doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação.

QUESTÃO 28

Quanto à penalidade por dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade é correto afirmar que a pena é de:

- (A) detenção de 1 a 3 anos e multa, na mesma pena incorrendo aquele que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, beneficiou-se da dispensa ou inexigibilidade ilegal, para celebrar contrato com o Poder Público.
- (B) detenção de 1 a 3 anos e multa, estando sujeito apenas à mesma multa aquele que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, beneficiou-se da dispensa ou inexigibilidade ilegal, para celebrar contrato com o Poder Público.
- (C) detenção de 3 a 5 anos e multa, na mesma pena incorrendo aquele que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, beneficiou-se da dispensa ou inexigibilidade ilegal, para celebrar contrato com o Poder Público.
- (D) detenção de 3 a 5 anos e multa, estando sujeito apenas à mesma multa aquele que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, beneficiou-se da dispensa ou inexigibilidade ilegal, para celebrar contrato com o Poder Público.
- (E) Detenção de 4 a 6 anos e multa, na mesma pena incorrendo aquele que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, beneficiou-se da dispensa ou inexigibilidade ilegal, para celebrar contrato com o Poder Público.

QUESTÃO 29

O regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei 8.666 não confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

- (A) fiscalizar-lhes a execução.
- (B) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- (C) modificar unilateralmente cláusulas econômico-financeiras para melhor adequação às finalidades de interesse público.
- (D) modificar cláusulas unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- (E) nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

QUESTÃO 30

Suponha que o balanço patrimonial de uma empresa apresente, em milhões de reais (\$), os seguintes valores: caixa = \$9, empréstimos = \$6, contas a receber = \$8, salários = \$5, estoques = \$7, financiamentos = \$4 e lucros acumulados = \$6. Portanto, o valor da conta capital social deve ser:

- (A) \$2
- (B) \$3
- (C) \$4
- (D) \$5
- (E) \$6

QUESTÃO 31

Suponha que o balanço patrimonial de uma empresa apresente, em milhões de reais (\$), os seguintes valores: caixa = \$7, empréstimos = \$4, salários = \$5, estoques = \$8, financiamentos = \$6, capital social = \$3 e lucros acumulados = \$2. Portanto, o valor de contas a receber deve ser:

- (A) \$2
- (B) \$3
- (C) \$4
- (D) \$5
- (E) \$6

QUESTÃO 32

Para a apuração do resultado do exercício, a Lei das Sociedades por Ações determina limites e formas de utilização de reservas e lucros. Nesse sentido, o prejuízo líquido do exercício deverá ser absorvido por

- (A) reservas de lucros, lucros acumulados e reserva legal, nessa ordem.
- (B) reserva legal, lucros acumulados e reservas de lucros, nessa ordem.

- (C) reserva legal, reservas de lucros e lucros acumulados, nessa ordem.
- (D) lucros acumulados, reserva legal e reservas de lucros, nessa ordem.
- (E) lucros acumulados, reservas de lucros e reserva legal, nessa ordem.

QUESTÃO 33

O ativo de uma empresa é de R\$20.000,00, composto apenas por saldo em conta corrente bancária. O patrimônio líquido é também de R\$20.000,00 [PASSIVO = 0] representado por uma reserva de lucros de R\$5.000,00 e um capital social composto apenas por 1.000 ações de sua própria emissão [CAPITAL SOCIAL = 20.000 – 5.000 = 15.000 E VALOR DA AÇÃO É DE 15.000/1.000 = 15]. Se a empresa compra 20 dessas ações de sua própria emissão por R\$30,00 [GASTOU 20 X 30 = 600], mantendo-as em tesouraria e logo a seguir alienando à vista a terceiros por um valor total de R\$500,00 [PREJUÍZO DE 600 – 500 = 100]. O valor do ativo após a venda das ações é de:

- (A) R\$19.400,00
- (B) R\$19.500,00
- (C) R\$19.900,00
- (D) R\$20.100,00
- (E) R\$20.600,00

QUESTÃO 34

Com relação à legislação trabalhista (Decreto-Lei nº 5452/43 e suas alterações posteriores) é correto afirmar que:

- (A) a Carteira de Trabalho e Previdência Social é dispensável para o exercício de emprego de natureza rural em caráter temporário.
- (B) a Carteira de Trabalho e Previdência Social é dispensável para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada.
- (C) no caso das decisões trabalhistas, as autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho farão prevalecer o interesse particular do trabalhador sobre o interesse público.
- (D) sempre que uma ou mais empresas estiverem sob controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, a responsabilidade trabalhista recairá exclusivamente sobre a empresa controladora.
- (E) os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio.

QUESTÃO 35

O direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho urbano prescreve em:

- (A) 5 anos, até o limite de 1 ano após a extinção do contrato.
- (B) 5 anos, até o limite de 2 anos após a extinção do contrato.
- (C) 5 anos, até o limite de 3 anos após a extinção do contrato.
- (D) 10 anos, até o limite de 2 anos após a extinção do contrato.
- (E) 10 anos, até o limite de 5 anos após a extinção do contrato.

QUESTÃO 36

Após a extinção do contrato de trabalho, o direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho rural prescreve em:

- (A) 1 ano.
- (B) 2 anos.
- (C) 5 anos.
- (D) 10 anos.
- (E) 15 anos.

QUESTÃO 37

Em caso de imprestabilidade ou esgotamento do espaço destinado a registros e anotações, o interessado deverá obter outra carteira de trabalho e, nesse caso, será:

- (A) mantida a mesma série e numeração da carteira anterior.
- (B) alterada a série e a numeração da carteira, sem nenhuma referência à carteira anterior.
- (C) mantida a mesma numeração da carteira anterior, mas com a série adicionada de uma unidade.
- (D) mantida a mesma série da carteira anterior, mas com a numeração adicionada de uma unidade.
- (E) alterada a série e a numeração da carteira, mas com anotação na mesma, informando tratar-se de continuidade das anotações anteriores.

QUESTÃO 38

Os sindicatos poderão, mediante solicitação das respectivas diretorias, incumbir-se da entrega das Carteiras de Trabalho e Previdência Social pedidas por seus associados e pelos demais profissionais da mesma classe. Nesse caso:

- (A) não poderão cobrar remuneração pela entrega das Carteiras.
- (B) poderão cobrar valor limitado em 5% do salário mínimo da categoria profissional do empregado.
- (C) poderão cobrar valor limitado em 10% do salário mínimo da categoria profissional do empregado.
- (D) poderão cobrar valor limitado em 15% do salário mínimo da categoria profissional do empregado.
- (E) poderão cobrar valor limitado em 20% do salário mínimo da categoria profissional do empregado.

QUESTÃO 39

A Carteira de Trabalho e Previdência Social será obrigatoriamente apresentada pelo trabalhador ao empregador que o admitir, para nela anotar data de admissão, remuneração e outras condições. Para esta anotação o empregador terá um prazo de:

- (A) 24 horas.
- (B) 48 horas.
- (C) 5 dias.
- (D) 10 dias.
- (E) 15 dias.

QUESTÃO 40

As Carteiras de Trabalho e Previdência Social regularmente emitidas e anotadas servirão de prova nos atos em que sejam exigidas carteiras de identidade e especialmente:

- (A) perante a Justiça do Trabalho para efeito de declaração de dependentes.
- (B) para o cálculo de indenização por acidente do trabalho ou moléstia profissional.
- (C) perante a Previdência Social nos casos de dissídio entre a empresa e o empregado por motivo de férias.
- (D) perante a Previdência Social nos casos de dissídio entre a empresa e o empregado por motivo de salário.
- (E) perante a Previdência Social nos casos de dissídio entre a empresa e o empregado por motivo de tempo de serviço.

QUESTÃO 41

A empresa que mantiver empregados não registrados nos termos do Decreto Lei 5.452 incorrerá na multa, por empregado não registrado, de valor igual a:

- (A) um salário-mínimo regional.
- (B) um salário-mínimo regional, acrescido de 20% em cada reincidência.
- (C) um salário-mínimo regional, acrescido de 50% em cada reincidência.
- (D) um salário-mínimo regional, acrescido de igual valor em cada reincidência.
- (E) dois salários-mínimos regionais, acrescidos de 50% em cada reincidência.

QUESTÃO 42

A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite. Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de:

- (A) 5min, observado o limite máximo de 10min diários.
- (B) 5min, observado o limite máximo de 20min diários.
- (C) 5min, observado o limite máximo de 30min diários.
- (D) 10min, observado o limite máximo de 20min diários.
- (E) 10min, observado o limite máximo de 30min diários.

QUESTÃO 43

Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a:

- (A) 15h semanais.
- (B) 20h semanais.
- (C) 25h semanais.
- (D) 30h semanais.
- (E) 35h semanais.

QUESTÃO 44

A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8h diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite. A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho, mas em número não excedente a:

- (A) 2h e do acordo ou do contrato coletivo de trabalho deverá constar a importância da remuneração da hora suplementar, que será pelo menos 10% superior à da hora normal.
- (B) 2h e do acordo ou do contrato coletivo de trabalho deverá constar a importância da remuneração da hora suplementar, que será pelo menos 20% superior à da hora normal.
- (C) 2h e do acordo ou do contrato coletivo de trabalho deverá constar a importância da remuneração da hora suplementar, que será pelo menos 50% superior à da hora normal.
- (D) 3h e do acordo ou do contrato coletivo de trabalho deverá constar a importância da remuneração da hora suplementar, que será pelo menos 10% superior à da hora normal.
- (E) 3h e do acordo ou do contrato coletivo de trabalho deverá constar a importância da remuneração da hora suplementar, que será pelo menos 20% superior à da hora normal.

QUESTÃO 45

No que se refere às horas suplementares à duração normal do trabalho, poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de:

- (A) 4 semanas, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de cinco horas diárias.
- (B) 4 semanas, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.
- (C) 1 ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de duas horas diárias.
- (D) 1 ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de cinco horas diárias.
- (E) 1 ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

QUESTÃO 46

Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas:

- (A) sobre o valor da remuneração na data da rescisão.
- (B) com acréscimo de 10% sobre o valor da remuneração na data da rescisão.
- (C) com acréscimo de 20% sobre o valor da remuneração na data da rescisão.
- (D) com acréscimo de 25% sobre o valor da remuneração na data da rescisão.
- (E) com acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração na data da rescisão.

QUESTÃO 47

Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder o limite legal ou convencionado, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto, sendo que:

- (A) o excesso, nos casos deste artigo, poderá ser exigido independentemente de acordo ou contrato coletivo e deverá ser comunicado, dentro de 10 dias, à autoridade competente em matéria de trabalho, ou, antes desse prazo, justificado no momento da fiscalização sem prejuízo dessa comunicação.
- (B) o excesso, nos casos deste artigo, poderá ser exigido independentemente de acordo ou contrato coletivo e deverá ser comunicado, dentro de 30 dias, à autoridade competente em matéria de trabalho, ou, antes desse prazo, justificado no momento da fiscalização sem prejuízo dessa comunicação.
- (C) nos casos de excesso de horário por motivo de força maior, a remuneração da hora excedente não será inferior à da hora normal e nos demais citados casos de excesso, a remuneração será, pelo menos, 25% superior à da hora normal, e o trabalho não poderá exceder de 6h, desde que a lei não fixe expressamente outro limite.
- (D) nos casos de excesso de horário por motivo de força maior, a remuneração da hora excedente não será inferior à da hora normal e nos demais citados casos de excesso, a remuneração será, pelo menos, 50% superior à da hora normal, e o trabalho não poderá exceder de 12h, desde que a lei não fixe expressamente outro limite.
- (E) nos casos de excesso de horário por motivo de força maior, a remuneração da hora excedente não será inferior à da hora normal e nos demais citados casos de excesso, a remuneração será, pelo menos, 50% superior à da hora normal, e o trabalho não poderá exceder de 6h, desde que a lei não fixe expressamente outro limite.

QUESTÃO 48

Sempre que ocorrer interrupção do trabalho, resultante de causas acidentais, ou de força maior, que determinem a impossibilidade de sua realização, a duração do trabalho poderá ser prorrogada pelo tempo necessário até o máximo de:

- (A) 1h, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que não exceda de 5h diárias, em período não superior a 45 dias por ano, sujeita essa recuperação à prévia autorização da autoridade competente.
- (B) 1h, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que não exceda de 5h diárias, em período não superior a 60 dias por ano, sujeita essa recuperação à prévia autorização da autoridade competente.
- (C) 1h, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que não exceda de 10h diárias, em período não superior a 45 dias por ano, sujeita essa recuperação à prévia autorização da autoridade competente.
- (D) 2h, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que não exceda de 10h diárias, em período não superior a 45 dias por ano, sujeita essa recuperação à prévia autorização da autoridade competente.
- (E) 2h, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que não exceda de 10h diárias, em período não superior a 60 dias por ano, sujeita essa recuperação à prévia autorização da autoridade competente.

QUESTÃO 49

Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de horas consecutivas para descanso e será assegurado a todo empregado um descanso semanal de horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte. Esses períodos de descanso entre jornadas e semanais são, respectivamente, de:

- (A) 10h e 24h.
- (B) 10h e 36h.
- (C) 11h e 24h.
- (D) 12h e 24h.
- (E) 12h e 36h.

QUESTÃO 50

Conceitualmente, salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, as suas necessidades normais de:

- (A) educação, alimentação, vestuário, lazer e transporte.
- (B) habitação, alimentação, educação, lazer e transporte.
- (C) educação, alimentação, vestuário, higiene e transporte.
- (D) habitação, alimentação, vestuário, higiene e transporte.
- (E) habitação, alimentação, educação, higiene e transporte.

